

União prepara medidas para induzir a negociação e a retomada dos pagamentos

por Claudia Safatle
de Brasília

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis de Barros Carvalho, está coordenando as negociações para a rolagem das dívidas contratuais dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Bahia. "Em agosto, esperamos já ter um fluxo de pagamentos", adiantou ele a este jornal.

Os parâmetros dessa negociação, segundo ele, são praticamente os mesmos do projeto substitutivo do deputado Germano Rigotto, para o qual será pedida urgência urgentíssima em agosto, quando o Congresso retornar do recesso parlamentar. Se a lei ficar diferente das negociações em curso, essas mudanças serão adaptadas aos contratos de rolagem já realizados, assinalaram os técnicos que estão participando dessa negociação.

Na semana que passou, o secretário de Fazenda de São Paulo, Eduardo Maia, esteve com Barros Carvalho. Nesse encontro, segundo o secretário executivo, não se tratou da rolagem da dívida mobiliária de São Paulo, restringindo os entendimentos aos débitos contratuais (com a Caixa

O objetivo de São Paulo

por Sérgio Leopoldo Rodrigues
de São Paulo

"Tenho esperança de fechar o acordo (da rolagem da dívida do estado) até 31 de julho próximo. Se conseguirmos isso, os outros estados virão atrás", afirmou na sexta-feira o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB). Para Fleury, esse é um prazo "importante para nós", afirmando que não irá mais a Brasília discutir o assunto. "A não ser para assinar a rolagem, tudo no papel, preto no branco."

Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES).

Para todos os estados, cuja dívida contratual totaliza cerca de US\$ 22 bilhões, o governo federal prepara medidas punitivas para induzi-los a sentarem-se à mesa de negociação. "Para os que não voltarem a pagar, o nível de pressão vai aumentar", sinalizou o secretário executivo.

São providências que vão desde a não concessão de aval para contratação de empréstimos junto aos bancos Mundial e Intera-

Segundo Fleury, a questão gerou muita irritação entre os governadores, na terça-feira passada, interessados em fechar o acordo. "O governo precisa dizer o que quer. Acho que ele jogou a questão para agosto, porque quer uma solução caso a caso", observou. A irritação, explicou, deve-se ao fato de que cada vez que se aproxima do acerto da rolagem, "o governo muda as regras do jogo". Mas Fleury acha que não é hora de um movimento dos governadores para articular em conjunto a rolagem.

americano de Desenvolvimento (BIRD e BID) ao cancelamento dos créditos da linha Finame (agência de financiamento para máquinas e equipamentos, do BNDES). "Os inadimplentes vão ficar em situação bastante desconfortável", prevê Barros Carvalho.

Para alguns estados, como São Paulo, que não devem diretamente à União ou cujas dívidas com a União estão roladas por acordos próprios, é importante que o governo federal esteja amparado pela lei

da rolagem. Isso porque a União entrará na negociação como intermediária, assumindo os direitos que CEF, BNDES e Banco do Brasil têm junto aos estados, recebendo por eles e a eles repassando os recursos depois. "Sem o resguardo da lei, a União não terá como assumir esses créditos e conduzir a negociação."

Essa negociação com os governos estaduais é muito mais complexa do que parece. Há um enorme jogo de poder envolvido na mesa de negociação, onde não se pode confiar nem nos números que os governos fornecem sobre a situação de suas receitas próprias, como assinalou um experiente funcionário do governo que já participou de outros acordos com os governos estaduais e municipais, no passado.

Por essa razão, para a União seria mais interessante negociar com amparo da lei do que deixar que cada instituição federal faça um acerto em separado com os governos estaduais ou municipais. Isso porque a União pode, por exemplo, reter os fundos de participação dos inadimplentes, como intermediária nas negociações, o que a CEF, O BNDES ou o BB, não podem fazer.